CONSELHO GERAL

(2015 / 2016)

ATA NÚMERO DOZE (12)

-------- Aos dezassete dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, pelas dezoito horas e trinta minutos, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas D. Sancho I, sob a presidência da Drª Maria Luisa Andrade, com a seguinte ordem de trabalhos:----------
--------Ponto um: Tomada de posse dos novos conselheiros;----------
--------Ponto dois: Definição das linhas orientadoras para a elaboração do orçamento 2016.----------
--------Não estiveram presentes na reunião os conselheiros Dr. Paulo Cunha, Dr. João Carvalho, Sr. José Cardoso e a aluna Andreia Filipa Brandão. ----------
--------A reunião teve início com a leitura da ata da última reunião, tendo sido esta aprovada pela unanimidade dos presentes.----------
--------Passou-se ao ponto um da ordem de trabalhos, tendo tomado posse os novos conselheiros Dr. Manuel Domingos Areias e Sousa, representante do Centro de Emprego de Vila Nova de Famalicão, Marco Joel da Silva Lima Campos, representante dos alunos do curso noturno e Maria josé da Silva Gomes Oliveira, representante dos pais.----------
--------Antes de iniciar o cumprimento do ponto dois da ordem de trabalhos, o Dr. António Pinto referiu-se aos rankings das escolas divulgados recentemente, cuja discussão remeteu para janeiro, alertando, no entanto, para a necessidade de tomar medidas ao nível das metodologias e do controlo pedagógico, antecipando a reavaliação do sistema de apoios e a implementação de supervisão pedagógica em algumas áreas. Para reavaliar metodologias e atuar ao nível da classe docente, começará por reunir com os diretores de turma e coordenadores de departamento. Mediante a solicitação do conselheiro Henrique Ferreira para a participação de pais e alunos no Conselho Pedagógico como convidados, o Dr. António Pinto elucidou que não se justificaria, pois as medidas definidas nesse conselho vêm sempre ao Conselho Geral, sendo neste órgão que os pais e alunos têm voz, podendo pronunciar-se sobre os mesmos. Ainda neste âmbito, o Dr. Leonel Rocha defendeu que, face ao paradigma apresentado pela comissão de avaliação externa sobre as funções do Conselho Geral, seria necessário que este se passasse a pronunciar e a tomar medidas em função dos resultados, assunto que, por decisão da presidente do conselho, seria desenvolvido na reunião de janeiro. Ainda assim, o Dr. Jorge Ferreira alertou para a necessidade de não encarar o ranking das escolas como única medição a fazer, do que a Dra. Isabel Marques discordou, face à autonomia dos pais na escolha da escola dos filhos, fortemente influenciada pelos resultados dos rankings. O Dr. António Pinto alertou ainda para as consequências da recetividade da escola a todos os alunos que a pretendessem frequentar, sem nenhum tipo de seleção, nos referidos resultados. A conselheira Fátima Monteiro acrescentou que os bons alunos no primeiro ciclo estão a ser aliciados a sair do Agrupamento para instituições privadas, sendo necessário agir no sentido de contrariar estas saídas.---
-------Já no âmbito da ordem de trabalhos, O Dr. António Pinto referiu que, por não terem sido ainda concedidas as últimas verbas do POCH destinadas a despesas com formandos, haveria restrições no funcionamento dos cursos profissionais, no âmbito do pagamento de bolsas e do funcionamento dos cursos, nomeadamente o cancelamento de visitas de estudo e o adiamento do início das PAPs para janeiro. Revelou como objetivos para 2016 a implementação do livro de ponto eletrónico, a introdução de alterações na distribuição de serviço letivo e na elaboração de horários e o início da realização do

contrato de autonomia, no sentido de encontrar soluções para os problemas vigentes. Definiu também outras intenções como a identificação de alunos com problemas económicos com consequências na alimentação para dar mais apoios, para além dos que já vigoram, como, por exemplo, o fornecimento de leite gratuito; a agilização do Plano de Atividades do agrupamento, a aquisição de equipamentos informáticos para a sala de aula, perspetivando, para o efeito, o recurso a verbas do POCH atribuídas ao Curso de Gestão de Equipamentos Informáticos, necessários à introdução do livro de ponto eletrónico, uma vez que o LCD definido como prioridade e destinado à prestação diária de informação a alunos e encarregados de educação, no átrio da escola sede, com acesso por telemóvel, foi já adquirido. Tencionará também colocar mais um torniquete na entrada da escola. Dependendo do orçamento do Estado e da Câmara Municipal, visa-se ainda a renovação do pavilhão gimnodesportivo da escola Dr. Nuno Simões, nomeadamente, ao nível do quadro elétrico, instalação já reprovada pela inspeção, para o que tem tido dificuldades em encontrar empresas capacitadas e/ou interessadas em fazê-lo. O Dr. Leonel Rocha anunciou que no orçamento da autarquia está prevista a atribuição de valores à manutenção de edifícios, nos quais estariam incluidos os da escola Dr. Nuno Simões, devendo-se deixar para segundo plano a substituição das coberturas de amianto dos pavilhões, por não constituirem problema para a saúde, por serem relativamente recentes e não estarem sujeitas a manuseamento. O conselheiro Henrique Ferreira sublinhou que o referido pavilhão poderia ser utilizado para atividades de outras instituições, que permitiriam a angariação de fundos para financiar a escola, o que está impedido, devido às infiltrações de água. No mesmo sentido, o Doutor Mário Passos afirmou que há efetivamente interesse na utilização do pavilhão por outras entidades em horário pós-laboral, pelo que este poderá ser contemplado pelo orçamento da autarquia atribuído a atividades desportivas, dependendo estas das dimensões do pavilhão, pelo que solicitou esta informação. O diretor resumiu então como prioritário para 2016, a aquisição do LCD, que foi já financiado pela DGE e está a ser pago em mensalidades, o equipamento das salas com computadores para a implementação do livro de ponto eletrónico, a instalação de um torniquete e a manutenção do material, para a qual se espera a libertação de verbas do POCH. Informou ainda que estas prioridades se prendem também com o facto de mais facilmente se controlarem os professores, se reduzir o trabalho dos diretores de turma e de se fixarem as turmas nas salas, de forma a responsabilizá-las pelos danos nos equipamentos. O custo associado será da ordem dos mil euros por sala, não incluindo instalação ou manutenção. A presidente do conselho referiu também a necessidade de adquirir programas informáticos, no sentido de minorar o trabalho dos diretores de turma, devendo-se também prever no orçamento verbas para formação neste âmbito. O Dr. António Pinto, porém, considerou que o diretor de turma tem três horas semanais para realizar o trabalho que não deverá ser substituido por programas, pois o preenchimento de alguns dos documentos exigem conhecimento das características e do percurso dos alunos e justificou que esses documentos não foram distribuídos atempadamente, devido às profundas alterações na equipa de informática e no coordenador do projeto TEIP, o que acarretou a respetiva aprendizagem e atraso no processo. A Dra. Isabel Marques defendeu outro ponto de vista, por considerar que o trabalho do diretor de turma se deveria situar ao nível da análise e não das sucessivas duplicações de dados, sob a pena de subversão da essência dos conselhos de turma, que é a de avaliar, solucionar e definir estratégias e não o exclusivo preenchimento de documentos. Por fim, a presidente do conselho, Dra. Maria Luísa Andrade, colocou, então, em votação as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento para 2016, que foram aprovadas por unanimidade. ----------

--------Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.----------

A Presidente	A Secretária
Maria Luísa Andrade	Luísa Natália Ferraz
_____	_____